

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 10.521, DE 2018

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e cria o Sistema Nacional de Informações de Qualidade do Ar.

Autor: Deputado PAULO TEIXEIRA

Relator: Deputado ZÉ VITOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 10.521, de 2018, institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e cria o Sistema Nacional de Informações de Qualidade do Ar, dispondo sobre seus conceitos, princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas ao gerenciamento de fontes poluidoras.

Em sua Justificação, o nobre autor da proposição alega que “o desenvolvimento industrial e urbano, a ausência ou inadequação ambiental do processo de planejamento, o crescimento irrestrito da frota automotiva, os atuais padrões tecnológicos e de consumo não sustentáveis, o desmatamento, as queimadas, entre outros, têm como consequência o aumento das emissões de poluentes do ar”, e que tal aumento “resulta em muitos casos em níveis de concentração de poluentes acima dos padrões de qualidade do ar protetivos à saúde pública e ao meio ambiente”. Daí, como “vários estudos epidemiológicos vêm demonstrando a existência da associação entre a exposição a poluentes atmosféricos e efeitos deletérios sobre a saúde” e “no Brasil, a gestão da qualidade do ar é regida preponderantemente por atos infralegais, merecendo destaque a Resolução Conama nº 03, de 28 de junho de 1990”, “nesse cenário, fica evidente a necessidade de reforçar o aparato legal que rege o tema”.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227289241700>

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e tramitando em regime ordinário, nos termos do art. 151, inciso III, do RICD, foi ela distribuída às Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). No âmbito da CDU, o PL 10.521/2018 foi aprovado na forma de um Substitutivo. No âmbito desta CMADS, transcorreu *in albis* o prazo para oferecimento de emendas ao projeto, entre 13/7 e 5/8/2021.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Já há muito se conhecem os efeitos deletérios da poluição atmosférica sobre a saúde humana. No entanto, como se trata de um impacto silencioso e, na maioria das vezes, diferido no tempo, em geral se torna difícil a associação entre causa e efeito, o que influencia diretamente na não adoção de normas e medidas mais eficazes para mitigar o problema.

Um levantamento da ONU estima que ocorram cerca de 50 mil mortes por ano no Brasil em decorrência da poluição do ar, mas esse número pode ser maior¹. De acordo com pesquisas do médico patologista Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da USP, o morador de São Paulo, por exemplo, perde em média um ano e meio de vida por causa da poluição. Viver na capital paulista seria equivalente a fumar quatro cigarros por dia.

As mortes ocorrem principalmente devido à inalação de gases e à exposição a partículas finas que penetram profundamente nos pulmões e no sistema cardiovascular, podendo causar acidentes vasculares cerebrais, doenças cardíacas, câncer de pulmão, doenças pulmonares obstrutivas crônicas e infecções respiratórias, incluindo pneumonia.

¹ Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/07/qual-o-impacto-da-poluicao-do-ar-na-saude>. Acesso em: 18/8/2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227289241700>



Também se sabe que a qualidade do ar é diretamente influenciada pela distribuição e pela intensidade das emissões de poluentes atmosféricos, pela topografia e pelas condições meteorológicas. Assim, a gestão da qualidade do ar apresenta como objetivos monitorar e controlar a poluição atmosférica de forma a possibilitar o desenvolvimento sustentável, conciliando o desenvolvimento social e econômico com a preservação do meio ambiente.

A proteção da qualidade do ar no país encontra respaldo legal tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na legislação ordinária, tendo como marco a Lei nº 6.938, de 1981, que instituiu e delimitou os objetivos, os princípios e os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

É que a poluição atmosférica não somente traz prejuízos à saúde, ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas, mas também resulta em maiores gastos ao governo, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados ou reduzidos com a melhoria da qualidade do ar, em especial nos centros urbanos.

As disposições da Política Nacional do Meio Ambiente têm sido normatizadas por meio de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, dentre as quais destacam-se, como marcos para o controle da poluição do ar:

- a Resolução nº 05/1989, que instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar);
- as Resoluções nº 382/2006 e nº 436/2011, que estabeleceram os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas novas e existentes, respectivamente;
- os Programas de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, que têm como objetivo reduzir e controlar a poluição atmosférica e a emissão de ruído por fontes móveis, fixando prazos e limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados:



- ✓ Proconve (automóveis, caminhões, ônibus e similares), a partir da Resolução Conama nº 018/1986, sendo as fases mais recentes estabelecidas pelas Resoluções Conama nº 490/2018 (Fase Proconve P8) e nº 492/2018 (Fases Proconve L7 e Proconve L8); e
- ✓ Promot (motocicletas e similares), a partir da Resolução Conama nº 297/2002, sendo a fase mais recente estabelecida pela Resolução Conama nº 493/2019 (Fase Promot M5); e
- a Resolução Conama nº 491/2018, que dispõe sobre padrões de qualidade do ar, que revogou a Resolução nº 03/1990 e os itens 2.2.1 e 2.3 da Resolução Conama nº 05/1989 e possibilitou uma série de avanços para a gestão da qualidade do ar em nível nacional, instituindo o compromisso de redução gradativa dos padrões de qualidade do ar, amparada em critérios técnicos, alinhados com a Organização Mundial da Saúde (OMS), com uma estratégia de implementação em quatro etapas, além da uniformização para a adequada comunicação à sociedade dos resultados do monitoramento da qualidade do ar.

Importa ressaltar ainda o recém lançado Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr, pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, em 13/8/2021, que contribui para a integração de dados e informações de monitoramento da qualidade do ar e para a divulgação do índice de qualidade do ar à sociedade, de forma simples, ágil e transparente.

Percebe-se, assim, a necessidade de compatibilizar a proposta de legislação sobre o tema ao arcabouço normativo vigente e em execução, até mesmo para não se comprometerem os avanços alcançados ao longo dos anos. Desta forma, é muito bem-vinda a iniciativa de uma proposição legislativa instituindo a Política Nacional de Qualidade do Ar.

Quanto à sua tramitação, o PL 10.521/2018 foi aprovado no âmbito da CDU na forma de um Substitutivo, com 44 artigos, mas considero que, na tentativa de especificar demais certos aspectos, o então relator tornou-



o muito prolixo, razão pela qual optei, no âmbito desta CMADS, por reduzir o texto para 26 artigos, preservando apenas o conteúdo mais importante.

Comparando-se os dois textos, apresentam-se a seguir tanto a correspondência dos artigos quanto as principais modificações ora propostas:

Correspondência dos artigos nos dois Substitutivos (CDU e CMADS):

Arts. Substitutivo CDU	1º	2º	3º	4º	8º	9º	11	13	14	15	19	20	23
Arts. Substitutivo CMADS	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10	11	12	13

Arts. Substitutivo CDU	24	25	26	34	35	36	37	38	39	40	41	42	44
Arts. Substitutivo CMADS	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26

Alterações ao Substitutivo da CDU efetuadas no Substitutivo da CMADS anexo (o nº do artigo citado entre parênteses é do Substitutivo da CDU):

- adaptações nos conceitos (art. 2º), nos objetivos (art. 4º) e nos instrumentos da Política Nacional de Qualidade do Ar – PNQA (art. 8º), com algumas exclusões;
- exclusão das diretrizes e ações estratégicas da PNQA (arts. 5º a 7º), inciso VI do art. 5º alteramos custos e benefícios por “custo-efetividade”;
- aperfeiçoamos o entendimento do caput do Art. 9º, exclusão da previsão de que municípios possam elaborar padrões próprios de qualidade do ar (art. 9º, § 3º), bem como de suas atualizações (art. 10);
- exclusão da destinação de recursos da União aos entes subnacionais da Federação, para a implantação de equipamentos (art. 11, § 1º, I);
- adaptações nas competências dos estados/DF quanto ao monitoramento da qualidade do ar (art. 11, § 2º);
- exclusão de previsões relativas ao Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar (art. 12);
- exclusão de questões afetas ao planejamento de políticas públicas, licenciamento ambiental e empreendimentos e atividades considerados como polos geradores de tráfego (arts. 16 a 18);
- exclusão de determinações quanto a fontes fixas e ao controle social e transparência do processo de elaboração do inventário de emissões (§§ 2º e 3º do art. 19), assim como de parte de seu conteúdo (incisos do caput do art. 20);
- exclusão da conceituação de planos de gestão de qualidade do ar (art. 22);
- exclusão da previsão dos planos municipais de gestão da qualidade do ar (art. 23, III);
- exclusão de parte do conteúdo mínimo dos Planos Nacional e Estaduais/Distrital de Gestão da Qualidade do Ar (arts. 24 e 26);



- exclusão de previsões relativas às Regiões de Controle da Qualidade do Ar – RCQA (art. 27), aos programas estaduais/distrital de controle de emissões atmosféricas (art. 28), ao Plano Municipal de Gestão da Qualidade do Ar (art. 29), à substituição da frota de veículos municipais (art. 30) e ao plano para episódios críticos de poluição do ar (arts. 31 a 33);
- alteração na denominação de Sistema Nacional de Informações da Qualidade do Ar – SINAR para Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr (arts. 34 e 35);
- exclusão da previsão de que municípios destinem recursos para gestão e controle da qualidade do ar nos respectivos PPA e LDO (art. 39);
- não discriminação das leis em cujas sanções incorrerão os infratores por descumprimento às determinações desta Lei (art. 42); e
- exclusão de previsão de atendimento desta Lei quando do licenciamento ambiental de empreendimentos (art. 43).

Assim, o Substitutivo que ora apresento permite complementar o ordenamento jurídico-normativo de forma concisa, com destaque para as definições relativas ao tema e os princípios, os objetivos e os instrumentos da Política Nacional de Qualidade do Ar, com informações e diretrizes referentes aos padrões de qualidade do ar, ao monitoramento e à avaliação da qualidade do ar, ao controle das fontes poluidoras e ao inventário de emissões atmosféricas. Também abrange os Planos de Gestão e o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr, além de incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

Por meio dele, pois, pretende-se fomentar o desenvolvimento sustentável, em harmonia com os princípios norteadores da desburocratização, da racionalização na aplicação de recursos públicos e da obtenção de relações favoráveis de custo-efetividade das medidas propostas, de forma a incentivar ações concretas para alcançar resultados efetivos para a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e, por efeito, para a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, sou pela **aprovação do Projeto de Lei nº 10.521, de 2018, na forma do Substitutivo anexo, rejeitando-se aquele aprovado no âmbito da CDU.**



Sala da Comissão, em de de 2022.
Deputado ZÉ VITOR
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227289241700>



**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 10.521, DE 2018**

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I****DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão da qualidade do ar no território nacional.

Parágrafo único. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela emissão de poluentes atmosféricos, pela gestão da qualidade do ar e pelo controle da poluição.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - gestão da qualidade do ar: conjunto de ações e procedimentos realizados por entidades públicas e privadas, com vistas à manutenção ou recuperação da qualidade do ar em determinada região;

II - padrão de qualidade do ar: um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, determinado como valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo de exposição, para



que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos riscos de danos causados pela poluição atmosférica;

III - poluente atmosférico: qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou outras características, que tornem ou possam tornar o ar impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e à flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade ou às atividades normais da comunidade;

IV - poluentes primários: aqueles diretamente emitidos pelas fontes de poluição atmosférica;

V - poluentes secundários: aqueles formados a partir de reações químicas na atmosfera entre os poluentes atmosféricos;

VI - controle de emissões: processos, equipamentos ou sistemas destinados à redução ou à prevenção da liberação de poluentes para a atmosfera;

VII - inventário de emissões de poluentes atmosféricos: conjunto de informações sobre as emissões atmosféricas geradas por fontes ou grupo de fontes localizadas em uma área geográfica específica, em um intervalo de tempo definido;

VIII - índice de qualidade do ar - IQAR: valor utilizado para fins de comunicação e informação à população que relaciona as concentrações dos poluentes monitorados aos possíveis efeitos adversos à saúde;

IX - emissão atmosférica: liberação de poluentes na atmosfera em uma área específica e em um período determinado a partir de fontes de poluentes atmosféricos;

X - fontes de emissão atmosférica: toda e qualquer atividade ou processo, oriundos de causa natural ou antropogênica, por fontes fixas, móveis e difusas, que resultem na liberação na atmosfera de substâncias na forma particulada, gasosa ou aerossóis, acompanhadas ou não de energia, capazes de causar alterações no ambiente atmosférico.



XI - limite máximo de emissão: quantidade de poluentes atmosféricos permissível de ser lançada por fontes de emissão atmosférica antropogênicas;

XII - fonte fixa: instalação ou equipamento, situado em local fixo, que emita poluentes atmosféricos de forma pontual ou fugitiva;

XIII - fonte móvel: veículo ou equipamento móvel que emita poluentes atmosféricos;

XIV - fonte difusa: fonte não pontual de poluentes atmosféricos, caracterizada por ser esparsa e pela extensão de sua ocorrência;

XV - prevenção: ações e procedimentos para evitar ou reduzir a geração de poluentes atmosféricos, eliminando ou diminuindo a necessidade do uso de equipamento de controle;

XVI - modelagem atmosférica: simulação numérica da dispersão e das reações químicas dos poluentes atmosféricos para determinar a variação temporal e espacial dos poluentes na atmosfera;

XVII - monitoramento da qualidade do ar: monitoramento da concentração de poluentes no ambiente e dos parâmetros auxiliares; e

XVIII - controle social: condições que garantam aos cidadãos acesso a informações sobre a qualidade do ar, visando à melhoria da sua gestão.

TÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIDADE DO AR

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - o desenvolvimento sustentável;

IV - o respeito às diversidades locais e regionais;



V - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

VI - a razoabilidade e a proporcionalidade;

VII - o cuidado às populações mais vulneráveis, especialmente os grupos sensíveis; e

VIII - a visão sistêmica, na gestão da qualidade do ar, que considere as diferentes fontes de emissões e as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - assegurar a preservação da saúde pública, do bem-estar e da qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações;

II - assegurar o adequado monitoramento da qualidade do ar;

III - fomentar a pesquisa científica aplicada à tecnologia e à inovação;

IV - reduzir progressivamente as emissões e as concentrações de poluentes atmosféricos;

V - propor e estimular a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas, visando à proteção à saúde e à melhoria da qualidade do ar;

VI - alinhar com as políticas de combate à mudança do clima;

VII - assegurar o acesso amplo a dados e informações públicas atualizados de monitoramento e de gestão da qualidade do ar; e

VIII - fortalecer a gestão da qualidade do ar nos órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - os limites máximos de emissão atmosférica;

II - os padrões de qualidade do ar;

III - o monitoramento da qualidade do ar;



IV - o inventário de emissões atmosféricas;

V - os planos, os programas e os projetos setoriais de gestão da qualidade do ar e de controle da poluição por fontes de emissão;

VI - os modelos de qualidade do ar, os estudos de custo-efetividade e a proposição de cenários;

VII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde, bem como os órgãos colegiados estaduais e municipais destinados ao controle social;

VIII - o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; e

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SEÇÃO I

DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO AR

Art. 6º A União, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, estabelecerá padrões nacionais de qualidade do ar que integrarão o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - Pronar.

Parágrafo único. Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer em regulamentos próprios padrões de qualidade do ar em seu território, desde que mais restritivos que os Padrões Nacionais de Qualidade de Ar vigentes.

SEÇÃO II

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR

Art. 7º O monitoramento da qualidade do ar ficará sob a responsabilidade dos órgãos e instituições integrantes do Sisnama, que deverão criar uma Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar.

§ 1º Compete à União, por meio do Ministério do Meio Ambiente:

I - apoiar e fomentar supletivamente a capacitação técnica para a operação, a integração e a consolidação dos dados de monitoramento; e



II - elaborar e manter atualizado, em conjunto com os órgãos ambientais estaduais e distrital, o Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal:

I - coordenar e supervisionar as ações do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M no âmbito do Proconve, observado o disposto no art. 15;

II - assegurar, junto ao Sistema de Gestão da Qualidade do Ar, a integração dos dados de medição cujo monitoramento seja de sua competência e jurisdição, observados os critérios e diretrizes estabelecidos no Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar;

III - elaborar o Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar anualmente, contendo os dados de monitoramento, a evolução da qualidade do ar e o resumo executivo, de forma objetiva e didática, com informações redigidas em linguagem acessível, garantindo sua publicidade;

IV - divulgar os dados de monitoramento e as informações relacionados à gestão da qualidade do ar, de acordo com o definido no Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar, em linguagem acessível; e

V - seguir o Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar atualizado.

Art. 8º O monitoramento realizado nas fontes fixas emissoras deve atender aos termos estabelecidos em licenciamento ambiental respectivo, em conformidade com os regulamentos vigentes.

Parágrafo único. As estações de monitoramento da qualidade do ar que operam em atendimento à condição de validade estabelecida em licenciamento ambiental deverão ter seus dados integrados ao Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar.

SEÇÃO III

DO CONTROLE DAS FONTES POLUIDORAS



Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e, de forma suplementar, os Municípios, mediante decisão fundamentada em estudos técnicos e necessidades consistentemente demonstradas, poderão estabelecer limites de emissão mais restritivos que aqueles definidos pelo Conama, com vistas a proteger a saúde e o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, quando o gerenciamento da qualidade do ar assim o exigir.

Art. 10. A fixação de limites máximos de emissão levará em conta, concomitantemente:

I - as melhores práticas e tecnologias disponíveis, acessíveis e já desenvolvidas em escala que permita sua aplicação prática;

II - a viabilidade técnica, econômica e financeira das práticas e tecnologias disponíveis;

III - o impacto ambiental decorrente da manutenção ou da substituição de equipamentos, quando couber; e

IV - informações técnicas fornecidas por fabricantes de equipamentos de controle de poluição do ar e mensurações de emissões efetuadas no País.

SEÇÃO IV

DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Art. 11. O inventário de emissões atmosféricas será elaborado na forma definida em regulamento:

I - no âmbito estadual e distrital, pelos órgãos ambientais estaduais e distrital, respectivamente, no prazo de até 3 (três) anos a partir da publicação desta Lei, devendo ser apresentado ao Ministério do Meio Ambiente;

II - no âmbito federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, no prazo de um ano a partir da publicação dos inventários estaduais e distrital.

Parágrafo único. Os Municípios contribuirão para elaboração do inventário estadual de emissões atmosféricas com informações sobre a circulação de veículos em seus territórios e outras fontes de emissão, quando demandados pelo órgão ambiental estadual.



Art. 12. O inventário de emissões atmosféricas deverá conter, no mínimo:

I - fontes de emissão atmosférica;

II - poluentes inventariados;

III - distribuição geográfica das emissões por regiões definidas pelo órgão ambiental competente, considerando as principais fontes de emissão;

IV - metodologia de estimativa de emissões; e

V - lacunas de informações identificadas no inventário e respectivas providências para sua correção.

Parágrafo único. A União, por meio de ato do Ministério do Meio Ambiente, deverá regulamentar, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, a metodologia para a elaboração dos inventários de que trata o art. 11 desta Lei.

CAPÍTULO III

DOS PLANOS DE GESTÃO DA QUALIDADE DO AR

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 13. São Planos de Gestão da Qualidade do Ar:

I - o Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar;

II - os Planos Estaduais e Distrital de Gestão da Qualidade do Ar; e

III - o Plano para Episódios Críticos de Poluição do Ar.

§ 1º Os Planos Estaduais e Distrital de Gestão da Qualidade do Ar deverão ser elaborados pelo órgão ambiental estadual ou distrital e aprovado pelo conselho de meio ambiente correspondente.

§ 2º É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos Planos de Gestão da Qualidade do Ar previstos no *caput* deste artigo, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003.

SEÇÃO II



Do Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar

Art. 14. A União, por meio do Ministério do Meio Ambiente, elaborará o Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação das principais fontes de emissões atmosféricas e seus impactos para o meio ambiente e a saúde;

II - proposição de cenários; e

III - metas e prazos para a execução dos programas, projetos e ações visando ao atingimento dos padrões de qualidade do ar, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conama, que servirão como referências para os demais entes federados.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar deverá ser elaborado no prazo máximo de 2 (dois) anos após a publicação do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas.

Art. 15. São programas de controle de poluição nacionais, dentre outros:

I - o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - Pronar;

II - o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve;

III - o Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares - Promot;

IV - o programa de sucateamento e de reciclagem de veículos e de renovação de frotas de veículos automotores; e

V - o Programa de Inspeção e Manutenção Veicular - I/M.

§ 1º Na hipótese de ausência de regulamento sobre os programas de controle de poluição previstos neste artigo, normas complementares serão estabelecidas no prazo máximo de 1 (um) ano da entrada em vigor desta Lei.

§ 2º O monitoramento de emissões atmosféricas da frota de veículos motorizados, o controle da poluição do ar e a inspeção de veículos automotores no que se refere às emissões atmosféricas poderão ser realizados



por meio de tecnologias de medição por sensoriamento remoto, conforme regulamentado por ato do Ministério do Meio Ambiente.

SEÇÃO III

Do Plano Estadual ou Distrital de Gestão da Qualidade do Ar

Art. 16. Os órgãos ambientais estaduais e distrital deverão elaborar, no prazo máximo de 2 (dois) anos após a publicação do inventário estadual ou distrital de emissões de poluentes atmosféricos, o Plano Estadual ou Distrital de Gestão da Qualidade do Ar, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação das principais fontes de emissões, respectivos poluentes atmosféricos e seus impactos para o meio ambiente e a saúde;

II - a abrangência geográfica e as regiões a serem priorizadas;

III - proposição de cenários;

IV - indicação de padrões nacionais de qualidade do ar e, quando houver, padrões estabelecidos em âmbito estadual/distrital;

V - programas, projetos e ações, com as respectivas metas e prazos, visando ao atingimento dos padrões de qualidade do ar;

VI - diretrizes para o planejamento e as demais atividades de gestão da qualidade do ar, observadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional e a legislação vigente;

VII - planejamento da implementação e expansão da rede de monitoramento de qualidade do ar com base na dispersão de poluentes atmosféricos e na escala pretendida para as estações; e

VIII - convergência com planos, programas, ações e metas definidos nos âmbitos nacional e estadual/distrital para o atendimento das políticas de mudanças climáticas.

CAPÍTULO IV

SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DA QUALIDADE DO AR – MonitorAr



Art. 17. O Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr integra e divulga os dados gerados pelas estações estaduais e distrital de monitoramento da qualidade do ar.

Art. 18. Para a divulgação dos dados de monitoramento em tempo real, horário ou diário, os órgãos ambientais estaduais deverão utilizar o Índice de Qualidade do Ar - IQAR.

Parágrafo único. Para o cálculo do IQAR deverá ser utilizada a metodologia, bem como faixas e valores de concentração, constantes no Guia Técnico para Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ar, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente.

CAPÍTULO V

DOS INCENTIVOS FISCAIS, FINANCEIROS E CREDITÍCIOS

Art. 19. O poder público deverá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução de emissões de poluentes atmosféricos;

II - capacitação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos com menores impactos à saúde e à qualidade ambiental;

III - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à redução de emissões e monitoramento de poluentes atmosféricos; e

IV - fomento à implementação dos programas elencados no art. 15 desta Lei.

Art. 20. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender às diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 21. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e os objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de



diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

Art. 22. O Poder Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal, segundo suas possibilidades orçamentárias e financeiras e observados os princípios e diretrizes desta Lei, farão constar nos respectivos projetos de planos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias ação programática que abranja a qualidade do ar.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 23. A elaboração dos inventários, planos de qualidade do ar, programas de controle e relatórios de avaliação de qualidade do ar, nos termos previstos nesta Lei, é condição para os Estados e o Distrito Federal terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados às políticas públicas, empreendimentos e serviços relacionados à qualidade do ar e ao controle da poluição do ar, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou de fomento para tal finalidade.

Parágrafo único. Encerrados os prazos estabelecidos nesta Lei, os Estados que não tenham elaborado os instrumentos previstos no *caput* deste artigo ficarão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União consignados ao Ministério do Meio Ambiente até que sejam cumpridas as exigências previstas, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.

Art. 24. Os Planos de Controle de Emissões Atmosféricas previstos em regulamento já existentes deverão ser compatibilizados e integrados com o respectivo Plano de Gestão da Qualidade do Ar, observado o disposto nesta Lei.

Art. 25. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades e sanções previstas na legislação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2022.
Deputado ZÉ VITOR
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227289241700>

